

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

A Globalização e os Direitos do Consumidor

Instala-se hoje, nesta bela e acolhedora cidade da serra gaúcha, o 1º Congresso Interamericano de Direito do Consumidor.

O acontecimento é auspicioso, porquanto a temática escolhida procura identificar problemas decorrentes das relações humanas, que, nesta era de globalização e de massificação do consumo, assumiram grandes dimensões e conotações especiais, tornando ultrapassado, para solucionar esses novos conflitos, o sistema jurídico de diversos países. Relevantes, ainda, são os reflexos dos litígios transnacionais na órbita do Direito Internacional, com significação cada vez maior, decorrente da melhoria do comércio internacional e do surgimento de blocos econômico-regionais.

Convém lembrar que a Sétima Reunião de Cúpula do Mercosul aprovou, em dezembro de 1995, em Punta del Leste, um documento estratégico denominado “Programa de Ação do Mercosul até o Ano 2000”. Esse programa inclui, entre outras providências, a adoção de normas comuns relativas à defesa da concorrência, aos direitos do consumidor, às práticas desleais do comércio e salvaguardas e ao aperfeiçoamento jurídico-institucional criado para o Mercosul.

A nova realidade está a exigir regulamentação não apenas mediante a edição de tratados e acordos internacionais, mas também a aprovação de legislação interna compatível com a nova ordem.

De fato, numerosos conflitos estão a surgir e a reclamar soluções jurídicas, muitas vezes difíceis de ser tomadas, por trazerem reflexo na soberania de outros países.

Nota-se, porém, em razão do fenômeno da globalização e da massificação do consumo, que se vem delineando um novo conceito de soberania, caminhando-se, a passos largos, no sentido de vencer etapas para alcançar a *civitas maxima*, a que se reportou o notável jurista Hans Kelsen.

No que se refere ao Brasil, há regra consubstanciada no § 2º do art. 5º da Constituição, relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos, que dispõe:

Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Portanto as normas estipuladas em tratados e acordos internacionais assinados e promulgados pelo Brasil em matéria de direitos e garantias do consumidor passam a ter validade interna com respaldo no texto constitucional.

No regime democrático, a atuação precípua do Estado, mediante seus órgãos, há de visar sempre à afirmação da cidadania. De nada adianta conferirem-se direitos aos cidadãos se não lhes são dados meios eficazes para a concretização desses direitos.

A questão do acesso à justiça assume especial relevância no plano da tutela dos interesses difusos ou coletivos, com o objetivo de proteger o consumidor ou o meio ambiente.

A propósito, lembra Mauro Cappelletti que o conceito de pobreza não se adstringe ao indivíduo carente de recursos financeiros, ou de cultura, ou de posição social. É mais vasto: abrange grupos e categorias, como no caso do consumidor. Exemplifica com a empresa que produz milhões de produtos com um pequeno defeito, avaliado em um dólar, gerando interesse fragmentado pequeno demais para que o cidadão, individualmente, defenda seu direito. Sustenta, porém, que, se todos os consumidores, em conjunto, decidirem atuar na defesa dos seus direitos, estarão em jogo interesses consubstanciados em milhões de dólares. Daí a necessidade de distinguir-se o *carente econômico* do *carente organizacional*.

Sem uma radical transformação de regras e instituições tradicionais do processo civil e sem uma “organização” dos seus titulares, os direitos e interesses difusos ou coletivos não serão tutelados de maneira eficaz.

No Brasil, o legislador constitucional inclui a proteção do consumidor entre os princípios gerais da atividade econômica, regra importante para a concretização de uma política liberal-democrática. O Código do Consumidor, editado no ano seguinte à promulgação da Constituição em vigor, representou notável avanço

na tutela das relações de consumo. Dispõe, no seu art. 4º, que a Política Nacional de Relações de Consumo tem por objetivos o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção dos seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia nas relações de consumo, com atendimento a oito princípios que enumera, tudo na consonância dos direitos básicos aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas. E, no seu art. 6º, dá o elenco dos direitos básicos do consumidor. Por outro lado, no que concerne aos danos causados ao consumidor, o Código adotou o princípio da responsabilização objetiva do fornecedor pelo fato da coisa ou do serviço.

Na verdade, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei da Ação Civil Pública e o Estatuto da Criança e do Adolescente instituíram as bases da tutela do direito coletivo em nosso ordenamento jurídico. Esses diplomas legais atribuíram legitimidade ao Ministério Público para atuar nos feitos pertinentes, conferiram a entidades representativas de classe a condição de substitutos processuais, estabeleceram regras sobre os efeitos *erga omnes e ultra partes* da sentença condenatória e dispuseram sobre a conceituação das três espécies de direitos e interesses a serem objeto de tutela coletiva: os difusos, os coletivos e os individuais homogêneos.

No campo dos direitos coletivos, especialmente no plano da tutela dos consumidores, o Brasil possui legislação avançada, consentânea com as exigências do mundo moderno. A sua aplicação tem sido bem-sucedida e trouxe verdadeira revolução nas relações de consumo. O consumidor, cada vez mais, tem se organizado em associações, e o Ministério Público tem tido atuação destacada. Os Procons têm merecido elogio. Outrossim, os produtores passaram, também, a respeitar cada vez mais os consumidores. Quem tem lucrado com tudo isso é a sociedade e a cidadania.

Diante desse quadro, pintado em rápidas pinceladas, é muito alvissareira a realização deste simpósio neste fim de século e às vésperas do terceiro milênio. Chamou-me a atenção o fato de os seus organizadores terem dado destaque especial à proteção do consumidor de serviços, ou seja, da área mais nobre da atividade econômica em todo o mundo e que se tem desenvolvido em proporções extraordinárias nos últimos tempos. A proteção ao consumidor de serviços públicos, de seguros, dos profissionais liberais, dos serviços de saúde, de previdência privada, de serviços de turismo, de serviços bancários e de serviços prestados pela Internet constituem, entre outros, temas de grande atualidade, com desdobramentos no plano da responsabilidade civil comercial, criminal e processual civil.

Tenho a certeza de que, pelo alto nível dos palestrantes, nacionais e internacionais, este congresso terá um grande sucesso e irá proporcionar excelentes sub-

sídios a serem utilizados por todos os participantes, visando melhorar a legislação em prol do aprimoramento das relações produtor e consumidor e, portanto, em favor de um melhor equilíbrio das relações sociais.

* Discurso proferido em 8 de março de 1998, na abertura do Congresso, em Gramado – RS.